

BRASIL

Das Sucursais e dos Correspondentes

MATO GROSSO

Distante do Executivo

A Justiça de Mato Grosso esta pedindo socorro e não sabe se terá pernas para se sustentar até o dia seguinte à promulgação da nova Constituição. Falta papel, lápis, caneta, máquinas e até até respondendo a ação de funcionários na Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho por falta de pagamento e encargos sociais e Fundo de Garantia. Se o Executivo não repassar recursos suplementares não terá condições de pagar a folha líquida deste mês de seus quase três mil funcionários da ativa e aposentados, em torno de C\$ 350 milhões. Além disso corre o risco de perder três juizes do interior até o final do ano por falta de estímulo ao trabalho.

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Odiles Freitas de Souza, afirma que o Judiciário está distanciado do Executivo do Estado "bem mais que qualquer namorado que já rompeu relação" e isso porque "não há compreensão, boa vontade e sensibilidade do Executivo para com o Judiciário". Lembra ele que no ano retrasado encaminhou ao Governo o pedido de criação de mais 30 varas em Cuiabá para desafogar a Justiça da capital e até agora não foi encaminhado ao Legislativo para apreciação. Pediu a criação de mais três cargos de desembargador e não obteve resposta. Em consequência, os desembargadores continuam sobrecarregados, estendendo sessões até às 21h e os juizes de determinadas varas chegam a conduzir 15 mil processos, quando não se pode exigir que conduza mais de 300.

M.G. DO SUL

Novo texto não assusta

A Justiça de Mato Grosso do Sul está totalmente preparada para atender todos os processos que poderão entrar após a promulgação da nova Constituição do País. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Gervál Bernardino de Souza os problemas que poderão ser gerados pela nova ordem constitucional "não nos assustam". E acrescentou que a Justiça está perfeitamente, também, estruturada para adaptar-se aos novos encargos e funções.

Gervál informou que não há nenhum processo parado e exemplificou que a Justiça julga um habeas-corpus em 30 dias. Os mandados de inibição e o habeas-data, também, poderão ter a solução imediata em Mato Grosso do Sul, porque "a Justiça está plenamente preparada para trabalhar", afirmou o desembargador.

— A Justiça de Mato Grosso do Sul não tem nenhuma semelhança com a dos outros Estados, portanto, não vamos entrar em pânico com os processos que poderão entrar após a promulgação da nova Constituição —, explicou Gervál Bernardino de Souza. O presidente do Tribunal de Justiça destacou o apoio do Governo do Estado ao poder Judiciário, assegurando-lhe agilidade e eficiência.

O presidente do Tribunal de Justiça disse, ainda, que não há falta de juizes no Estado. Diante disso, o Poder Judiciário demonstra que não passa por momento de dificuldade ou falta de estrutura para desenvolver suas atribuições em Mato Grosso do Sul, comentou Gervál Bernardino de Souza.

MINAS GERAIS

Esforço ainda maior

Só no fórum de Belo Horizonte estão tramitando atualmente 188.731 feitos o que dá uma média de 2.735 processos por juiz, contando os substitutos e como se todos eles estivessem em atividade constante e ininterrupta. Nas varas de comarca há 55 juizes titulares e mais 14 substitutos. São ao todo 69 magistrados para atender as atuais quase 200 mil ações em julgamento.

"A média de 2.735 processos para cada juiz é um absurdo, um número impossível de ser bem conduzido por qualquer superjuiz em qualquer parte do mundo", declara o juiz Dorival Guimarães, titular da 3ª Vara Cível. E o pior segundo todos os juizes mineiros, será com a nova Constituição e toda uma nova legislação o que vai provocar uma avalanche de processos novos e que vão precisar de uma interpretação até se estabelecer uma jurisprudência ou ordenamento legal.

O presidente da OAB-MG, Jair Leonardo, no entanto, acha que com a nova Constituição federal e as novas constituições estaduais e municipais terá de haver um esforço maior dos juizes e funcionários mas que a situação não ficará pior do que já está. Ele acredita que não serão tantas as novas causas e processos porque todos, desde repartições até empresas, vão se adequar à nova Constituição e que em alguns setores a nova Carta vai facilitar julgamentos pois havia um verdadeiro ciópoal de leis e emendas que dificultavam parte dos julgamentos.

PARÁ

Fórum ou hospital?

"O fórum daqui parece mais um hospital". A comparação, feita pelo vice-presidente da Associação dos Magistrados do Pará e juiz substituto da Primeira Vara Cível da capital, Paulo Sérgio Frota Silva, resume a situação em que a nova Constituição irá encontrar o Judiciário paraense. A analogia de Frota, expressa para mostrar a deficiência das instalações da Justiça, com salas inadequadas ao trabalho da magistratura, revela, no entanto, se imaginados os hospitais mais desequipados do País, todas as matizes de um quadro Judiciário caótico que precisa se modernizar para cumprir as suas novas — e velhas — funções constitucionais.

"Faltam juizes, espaço físico, serventários e uma infinidade de recursos de infraestrutura para dar celeridade a este poder", afirma Frota, explicando a morosidade, em uma de suas vertices, com estatística impressionante: a cada ano, aproximadamente 3.500 novos processos chegam às mãos dos 38 juizes que formam a Justiça na capital. Embora criados há três anos, 10 varas e outros 10 cartórios deixaram de ser instalados por exigência de espaço físico e dinheiro.

No interior, deverão assumir dentro de dois meses 40 novos juizes concursados. Eles vão ocupar comarcas absolutamente acéfalas, que vianham sendo tocadas graças à sobrecarga de trabalho dos magistrados de jurisdições próximas. Preocupado com os municípios (no Pará, são 105), Paulo Frota já prevê que pelo menos um dos dispositivos do capítulo do Poder Judiciário será letra morta.

PARAÍBA

Salário do juiz é baixo

O maior problema da Justiça paraibana, mesmo com a nova Constituição, continuará sendo o dos baixíssimos salários pagos aos juizes: um magistrado de primeira entrada, com todas as vantagens, não ultrapassa os C\$ 199 mil mensais. Está até a ocorrerem casos de juizes que desistem da promoção por não poderem arcar com o aluguel em comarcas maiores. Registram-se também mingua de servidores: no Tribunal de Justiça, há apenas 27 funcionários. É impossível saber quantos são os servidores ligados ao Judiciário, no restante do Estado, porque, até agora, trata-se em sua maioria de funcionários estaduais postos à disposição da Justiça. Isto está sendo agora corrigido através do enquadramento desse pessoal.

Por outro lado, o presidente do TJ/PB, desembargador Miguel Levino, não acredita que a nova Carta trará problemas de acúmulo de processos em decorrência dos mandados de inibição e habeas-data, pelo menos no caso da Paraíba. Também não acha que sejam muitos os processos atualmente em tramitação, que somam 754 entre os distribuídos e os redistribuídos. Ao todo, a Paraíba tem 104 juizes, mas seria necessário, ao menos, o dobro disto, para uma boa prestação jurisdicional. Há cerca de 30 comarcas vagas, das 72 existentes, e os concursos para juizes não resolvem esta escassez de pessoal: como os salários são baixos (Associação dos Magistrados considera-os aliás menores do País), poucos se inscrevem, e, pior, poucos são aprovados, devido ao também baixo nível de preparação dos candidatos.

PARANÁ

Autonomia, a prioridade

O sonho que o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Francisco de Paula Xavier Neto acredita é "ver o Poder Judiciário ágil, composto por juizes que adorem o que fazem e que sintam a res-

ponsabilidade e a importância que representa no direito social a prestação jurisdicional". E para atingir esta aspiração, Xavier Neto coloca como prioridade a autonomia do Judiciário, que ele pretende conquistar junto aos constituintes estaduais, na esperança de que estes façam o que os constituintes federais não fizeram.

Idêntica aspiração tem o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Mário Lopes dos Santos ao defender a atuação da magistratura paraense como a melhor possível, mas salienta que as carências estruturais e pessoais são de vulto. Com 318 municípios, o Estado conta com 138 comarcas e 362 juizes, o que na avaliação do presidente do Tribunal, é insuficiente. Apenas 5 cidades — Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel — possuem comarcas de instância final. Ele cita a de Maringá, no norte do Estado, que possui 4 varas, onde cada uma julga em média 4 mil processos por ano. Somente o Tribunal de Justiça, com 27 juizes em média cerca de 5 mil processos por ano. Calcular o número de processos emperrados por falta de material humano é quase impossível.

Com a promulgação da nova Constituição, o desembargador Lopes dos Santos acredita que inicialmente será o volume de trabalho crescerá, mas depois deixarão de ser novidade até os mandados de inibição e o habeas-data que, cairão em desuso.

PERNAMBUCO

Premiando infratores

Apenas uma cautelosa expectativa otimista tem o juiz corregedor-geral da Justiça em Pernambuco, Carlos Xavier Paes Barreto, quanto a uma modificação, via nova Carta Constitucional, no quadro caótico em que se encontra a máquina do Poder Judiciário no Estado, onde 230 mil processos sobram para o segundo trimestre sem julgamento, muitos deles já tramitando há anos, em vias de prescrever, registrando-se no período apenas 12.836 julgamentos. "O Judiciário é o poder que atualmente mais premia quem comete infrações", desabafa o juiz, alarmado com as 430 prescrições de processos em tramitação na Justiça em Pernambuco, sem que se vislumbre uma perspectiva próxima de solução, pelo menos enquanto num total de 157 comarcas continuam existindo 136 cargos vagos de juiz.

Esse volume de trabalho, adverte o juiz, Carlos Xavier, tende a crescer assustadoramente, na medida em que a nova Carta Constitucional para isso contribua, prevenindo ele que o campo da reforma tributária, e nos novos direitos (habeas-data, inibição) estará a sobrecarga maior. Com menos de mil funcionários, o Judiciário de Pernambuco entrará em colapso total se não forem preenchidos com urgência os mais de 300 cargos vagos entre o funcionalismo.

Enquanto o corregedor-geral ainda admite um otimismo cauteloso, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, através de seu presidente, Paulo Marcelo Raposo, está cética quanto a alguma alteração para melhor na estrutura do Judiciário após a promulgação da nova Carta, ante equívocos que ele detecta no documento.

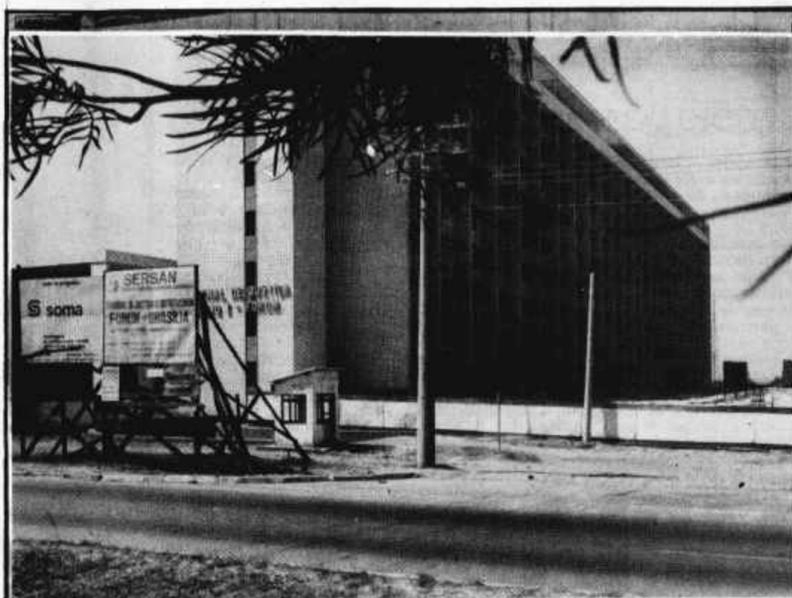
PIAUI

Audiências só em 89

A nova Constituição pode provocar um caos na Justiça do Piauí. O acúmulo de processos é tão grande que os juizes das varas civis estão marcando audiências para agosto de 89. Desta forma, o Poder Judiciário não está preparado para receber os processos que serão provocados pela nova Carta, pois tem apenas 1.970 funcionários em todo o Estado e cerca de 120 juizes. Na capital, onde existem pelo menos 800 processos parados, foram criadas quatro varas mas ainda não estão funcionando.

A salvação da Justiça é a concretização da previsão da presidente da OAB-PI, Fides Angélica. Ela acredita que a timidez do povo piauiense em lutar pelos seus direitos fará com que os cartórios não sejam invadidos por uma avalanche de novos processos. Mas reconhece que se realmente a comunidade acionar o Judiciário, haverá uma crise. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Raimundo Baptista, disse que a Constituição não deu ao poder condições para desempenhar bem o seu papel. Não pode contratar mais funcionários, nem elaborar o seu próprio orçamento.

O presidente do Tribunal considera importantes os novos processos que virão com a Carta que entra em vigor no dia 6 de outubro, pois garante ao cidadão a defesa dos seus direitos. O mandato de inibição e o habeas-data, segundo o desembargador Raimundo Baptista, são instrumentos já utilizados em outros países. A presidente da OAB-PI entende que o brasileiro fica mais fortalecido com a nova Constituição, a exemplo do Judiciário.



Em obras, o Tribunal de Justiça do DF prepara-se para os novos tempos

No DF, população cresce mais do que o Tribunal

CLAUDIO FERREIRA Da Editora da Cidade

O Poder Judiciário no Distrito Federal há algum tempo não consegue acompanhar o crescimento populacional e mesmo sem previsões definidas, sabe-se que não poderá arcar com a sobrecarga advinda dos processos que surgirão após a promulgação da Constituição. Cálculos atuais mostram que as necessidades são de pelo menos mais 50 varas no Plano Piloto e cidades-satélites e duas vezes mais desembargadores, que são 15 para um contingente de quase 2 milhões de pessoas.

Os números do Tribunal de Justiça do DF traduzem toda a precariedade do sistema. São 1.308 funcionários fixos, mais 140 lotados no Juizado de Menores e 123 ocupando cargos em comissão. Isso fora os servidores em regime de CLT:

existem 140 vagas, nem todas preenchidas. No entanto, somente o quadro fixo tem 506 cargos não ocupados. Nos níveis mais altos, existem 15 desembargadores, 44 juizes de direito e 22 juizes substitutos — dentre os juizes, as vagas ociosas são 53 e já está sendo feito o segundo concurso, este ano, para tentar preencher algumas delas.

A situação é crítica por conta do crescimento populacional que faz com que a cada dois anos, as diversas varas fiquem emperradas com tantos processos. O número total destes não pode ser computado, mas o vice-presidente do Tribunal, João Manoel Coelho, prevê mais cargas, por conta, segundo ele, do aumento das garantias individuais a partir da promulgação da Constituição.

Um atenuante para esta situação, aprovado pela nova

Constituição, é o Juizado de Pequenas Causas. O vice-presidente do TJDF diz que o dispositivo já está sendo providenciado para o DF, e funcionará como tentativa de conciliação das partes, diminuindo a demanda nas outras esferas da Justiça. Outra novidade do texto constitucional, o "mandado de inibição", pode não dar muito resultado.

Em termos de estrutura, a única solução apontada é uma mudança na Lei de Organização Judiciária, que poderia modificar a situação. As previsões para o funcionamento do sistema dão conta que a morosidade da Justiça — segundo João Manoel Coelho, provocada pelo abuso na utilização dos recursos pelas partes — deve continuar e o próprio ritmo de análise dos processos, necessário de acordo com o vice-presidente do Tribunal, deve aumentar a "ferrugem".

R. DE JANEIRO

Estrutura arcaica

O quadro do funcionamento do Poder Judiciário no Rio de Janeiro não difere da precariedade que domina a estrutura orgânica da Justiça no resto do País. "Em relação ao Sul do País, o Judiciário fluminense é atrasado, arcaico e insuficiente para atender à demanda do universo de jurisdicionados", sentença o vice-presidente da Seção Estadual da OAB, Cândido de Oliveira.

Para evitar um colapso no funcionamento da Justiça dentro da expectativa de aumento de volume de trabalho após a promulgação da nova Constituição, a Corregedoria Geral da Justiça acaba de tomar duas medidas de caráter administrativo, mas que contribuirá para desburocratizar o serviço, e agilizar os trabalhos: criou as centrais de petições e de mandados, centralizando o trabalho antes pulverizado entre as diversas varas. Estas providências são acompanhadas do início do processo de informatização deflagrado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Hoje os tribunais superiores já estão informatizados.

De acordo com o presidente da OAB-RJ, a carência de serventários no aparelho judiciário alcança a quatro mil funcionários. O corregedor-geral da Justiça não contesta esses dados. Polícino Buarque Amorim acrescenta que o volume de trabalho no Estado exigiria a existência de 800 juizes. "Hoje temos 500 juizes, destes apenas 396 em exercício". O vice-presidente da OAB sustenta que nem a média de "um juiz para 25 mil jurisdicionados", é alcançada no Rio. Nos países civilizados esta média chega a um juiz para cada 7 mil jurisdicionados".

R.G. DO NORTE

Expectativa e carência

Com expectativa e carência, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte aguarda a promulgação da Nova Constituição do País. O número de funcionários e juizes é pouco ao contrário do grande número de processos parados, que se acumulam nas estantes das varas à espera de solução. Segundo declarações do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Manuel de Araújo Silva, atualmente há no estado 61 comarcas, das quais 22 estão vagas, 79 juizes em exercício, muita falta de verbas, juizes e de infraestrutura para realizar um trabalho melhor e mais ágil.

A maior expectativa do presidente do Tribunal em relação à nova Constituição diz respeito à lei orgânica da magistratura nacional, elabora-

da em 1979 e que se torna inválida com a nova Carta.

"A expectativa ronda todos os setores e por enquanto o jeito é esperar a definição desta nova realidade para que possamos saber como agiremos", citou o desembargador Manuel de Araújo, afirmando que tem feito contatos quase que diários com outros estados, "mas a situação deles não é diferente da do Rio Grande do Norte".

R.G. DO SUL

Novo texto preocupa

O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul é um dos mais bem equipados do Brasil em recursos humanos e informáticos. Por isto, até hoje a situação dos processos em andamento tem sido controlada, com o cumprimento dos prazos estipulados. Mesmo assim, dentro da Justiça gaúcha há muitos setores preocupados com o acúmulo de trabalho que se seguirá após a Constituição.

Uma das primeiras áreas que terá que se adaptar ao novo texto constitucional é a Justiça Eleitoral. Isto porque até aqui a regulamentação das eleições municipais de novembro vem sendo realizada de acordo com a Constituição vigente. A nova Carta traz muitas inovações e deixa claro que algumas devem ser aplicadas ainda este ano. Um dos casos mais claros é o domicílio eleitoral exigido aos candidatos que pela Carta atual é de um ano, mas foi reduzido para quatro meses pelo novo texto. Diversos candidatos tiveram seus pedidos de registro negados por residirem há menos de um ano nos municípios onde pretendiam concorrer. Agora, terão direito a recurso e podem reaver o direito de concorrer, o que alterará completamente o quadro eleitoral em algumas cidades.

Mas haverá necessidade de adaptações em toda a legislação e o Judiciário gaúcho trata de preparar-se para isto. No primeiro momento a posição da Justiça do Estado será de expectativa, inclusive porque muitos dispositivos são dependentes de regulamentação por leis ordinárias ou complementares.

RONDÔNIA

Tribunal admite caos

A situação do Poder Judiciário de Rondônia é extremamente caótica. Quem admite essa realidade, sistematicamente denunciada pela Seção Regional da OAB, é o próprio presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Aldo Castanheira. Há seis meses no cargo, ele já não sabe mais o que fazer para contornar problemas que a falta de recursos está gerando e que ameaça comprometer ainda mais a situação des-

se poder: falta de juizes e de funcionários, insatisfação de servidores que não receberam até hoje gratificações atrasadas e salários defasados, falta de máquinas de escrever e de papel nas comarcas do interior, devolução de xerocopiadoras cujos alugueis o Tribunal não tem mais condições de pagar...

O Judiciário tem atualmente 1.500 funcionários, em todo o estado, mas precisaria de pelo menos mais 250 ou 300. Ao todo, o Judiciário tem 41 juizes (17 na capital e 24 no interior) e necessitaria, para uma prestação de serviços jurisdicionais mais eficiente, de mais 60. O problema é a falta de recursos, porque os que o TJ recebe do Executivo são insuficientes. Com todas as deficiências — garante o desembargador Castanheira — o Poder Judiciário só faz o que pode.

SÃO PAULO

Situação vai piorar

Se já existia sobrecarga de processos judiciais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a promulgação da nova Constituição implicará maior atraso e acúmulo de serviços para o Poder Judiciário paulista.

Segundo dados do Tribunal, foram julgados até agosto último, 24.512 processos. Estimase que entram cerca de 3.510 processos novos por mês, totalizando 28.080 até agosto. Verifica-se assim, que pelo menos 3.568 processos estão parados, à espera de solução. Uma fonte interna informou que deve-se incluir ainda um número não estimado de processos acumulados de outros anos. A previsão desta fonte é de que a situação vai piorar no final do ano, com um número de entradas bem superior o atual.

Naquela época são realizadas sessões extraordinárias onde se julgam múltiplos processos em menor tempo. Os 1.200 juizes do Estado, segundo ele, atendem com insuficiência à demanda judicial. Com a nova Constituição provocando a entrada de novos processos explicou o funcionário, a situação ficará insustentável, já que nada está sendo feito para se agilizar o processo. O presidente da OAB-SP, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, confirmou a falta de estrutura do Estado para atender à futura demanda que ocorrerá com a nova Carta constitucional. Segundo Mariz, os principais problemas a enfrentar serão os mandados de inibição e habeas data, novos instrumentos jurídicos criados pela Constituição.

Mas o item que apresentará maior trabalho para a Justiça Paulista, na opinião do advogado, é a ação de inconstitucionalidade por omissão, princípio baseado no qual o cidadão cobra da Justiça a ação penal executada que contrarie o texto constitucional.

S. CATARINA

Pronto para a demanda

Com seus 2 mil e 600 funcionários e 177 juizes substitutos de carreira o Tribunal de Justiça de Santa Catarina se considera aparelhado para receber a demanda proveniente dos direitos garantidos pela nova Constituição.

De maneira geral, o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Konrad afirma que o Poder Judiciário ficará mais fortalecido na nova Constituição em razão de haver sido assegurado a sua autonomia administrativa e financeira pela disposição contida no Artigo 104 da nova Carta.

Já o secretário do Tribunal, Jaime Spricigo lembra que em 1988, até esta semana foram distribuídos 3 mil e 818 processos, sendo que deste total, 3 mil e 592 já foram julgados. Outros 2 mil e 695 estão pendentes de julgamento.

O presidente da OAB catarinense, João José Ramos Shaeffer não acredita que exista uma avalanche de pedidos em relação ao habeas data e ao mandado de inibição, mesmo que haja um número elevado de pessoas que em tese, gostariam de obter suas próprias informações.

Ele lembra que na área da Justiça do Trabalho pode ocorrer uma procura maior, na medida em que a Constituição delineou uma série de direitos sociais. Shaeffer acredita que a Justiça do Trabalho necessita de uma reestruturação rápida.

SERGIPE

Comissão faz adaptação

Preocupado com as transformações que o Poder Judiciário vai sofrer após a promulgação da nova Constituição, o presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Antônio Machado, já está providenciando a criação de uma comissão de magistrados para apresentar sugestões à Assembleia Legislativa durante a feitura e confecção da Carta Constitucional do Estado, para adaptar o Poder Judiciário sergipiano aos ditames da futura Constituição.

Segundo ele, uma outra comissão está sendo criada para organizar um antiprojeto para redimensionar a organização judiciária do Estado, incluindo em seu bojo todas as inovações implantadas pela nova Constituição. Entretanto, Antônio Machado disse que o Poder Judiciário sergipiano não precisa aumentar o número de funcionários para se adaptar às novas exigências e necessidades criadas pela Constituição, assim como as varas judiciais encarregadas da distribuição de Justiça, estão devidamente organizadas.

O Poder Judiciário de Sergipe, conta com 30 comarcas no interior, sendo 26 de primeira entrada e quatro de segunda entrada, além da Comarca de Aracaju, que é formada por 11 varas civis, três de assistência judiciária, oito criminais e uma de menores. Trabalham nesses organismos, 902 funcionários e 49 juizes.

Existe em tramitação 12.914 processos nas varas cíveis e mais 669 nas varas criminais. Sobre os processos parados, que não foi dado andamento, Antônio Machado disse que eles não existem em Sergipe, assim como os funcionários do cartório, alegando que alguns processos não foram dados prosseguimento não por desleixo do Poder Judiciário mas por descaso dos advogados das partes.

EQUIPE

- ACRE — DILMA TAVARES
- ALAGOAS — RAIMUNDO GOMES
- AMAZONAS — WILSON NOGUEIRA
- BAHIA — ANTONIO SAMPAIO
- CEARA — PAULO ERNESTO
- ESPIRITO SANTO — RITA TRISTÃO
- GOIAS — VALDIR MORGADO
- MARANHÃO — ESTER MARQUES
- MATO GROSSO — SONIA ZARAMELLO
- MATO G. DO SUL — ADILSON TRINDADE
- MINAS GERAIS — ROGERIO PEREZ
- PARA — EUCLIDES FARIAS
- PARAIBA — EVANDRO NOBREGA
- PARANA — LUIZA TARRANTO
- PERNAMBUCO — NIVALDO ARAUJO
- PIAUI — ZOZIMO TAVARES
- RIO DE JANEIRO — L.C. MARANHÃO
- RIO G. DO NORTE — ZENAIDE CASTRO
- RIO G. DO SUL — GUSTAVO FRIEGER
- RONDÔNIA — NELSON SEVERINO
- SANTA CATARINA — LUIZ CARLOS CANCELLIER
- SERGIPE — OFELIA ONIAS